



ATA DE REUNIÃO

10ª REUNIÃO ORDINARIA DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS - CGSL

PERÍODO: 28 e 29 de agosto de 2008.

LOCAL: IBAMA/Sede – Brasília/DF.

A DBFLO/IBAMA promoveu a 10ª reunião do CGSL e a 2ª reunião do Subcomitê de Cumprimento sob a coordenação da CGFAP/DBFLO, com a participação de representantes da DIPRO/IBAMA, CEPENE/ICMBio, das Superintendências do IBAMA nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, representantes dos Ministérios da Defesa/Comando da Marinha, do MMA, e da SEAP/PR, e representantes da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA, Comissão Pastoral dos Pescadores - CPP, Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONEPE, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Pesca de Belém - SINDIPESCA, Sindicato dos Patrões de Pesca dos Estados do Pará e Amapá – SINPPA e Instituto TERRAMAR, conforme lista de participantes. (Anexo I).

No dia 28/08/08 foi realizada a reunião do Subcomitê de Cumprimento seguida da reunião do Comitê de Gestão no dia 29/08/08.

Dia: 28/08/08

2ª REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE CUMPRIMENTO

I – ABERTURA. (14:30h)

O Coordenador do CGSL, Antônio Calos Hummel abriu a reunião agradecendo a presença dos participantes, disse que as discussões dentro do Comitê são extremamente importantes e, em seguida passou a coordenação da reunião ao Coordenador Substituto do CGSL, José Dias Neto.

O Coordenador Substituto solicitou que os participantes se apresentassem para dar início aos trabalhos.

René Sharer do Instituto TERRAMAR colocou a importância da presença do Presidente do IBAMA na reunião do CGSL, quando sugeriu que fosse formulado convite para ele está presente no dia 28 (hoje) ou no dia 29 para assumir compromisso de fiscalizar a pesca de lagosta.

II – APROVAÇÃO DA AGENDA.

A proposta de Agenda de Trabalho foi apresentada, discutida, adequada em alguns itens e em seguida aprovada, conforme consta no Anexo II.

III – INFORMES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO.

1 - IBAMA:

a) INFORME DA DBFLO/IBAMA

José Dias informou aos presentes que a SEAP/PR, em 17 de junho de 2008, tinha encaminhado ao IBAMA a listagem da frota permissionada para a captura de lagostas, conforme critérios definidos no Comitê e disposto em regulamentação específica.

b) INFORME DA DIPRO

Luciano Evaristo, Coordenador-Geral de Fiscalização da DIPRO/CGFIS, apresentou a situação da fiscalização neste ano de 2008. Disse que foi um ano muito difícil para a fiscalização da pesca.

Segundo Luciano Evaristo o maior problema foi a licitação para barcos velozes e que hoje, 28/08/2008, estava sendo aberta uma nova licitação. Informou que no início de setembro, 1ª ou 2ª semana, estariam os barcos contratados por cinco anos.

Luciano Evaristo discorreu sobre as dificuldades enfrentadas pela área de fiscalização e sobre os esforços empreendidos pelo IBAMA/DIPRO visando saná-las.

Após a apresentação do Coordenador da fiscalização foram iniciados os debates.

Abraão, da CNPA, falou da dificuldade de repasse de orçamento para os órgãos públicos no começo do ano e diz que se mudarmos o defeso para novembro resolveremos esse problema de fiscalização.

Luciano Evaristo, da DIPRO, respondeu que o problema não tinha sido de dinheiro e sim da licitação para contratar os barcos rápidos.

René Sharer, do TERRAMAR, falou que em 2007, a fiscalização foi excelente durante três meses e a partir de outubro parou. Já em 2008, foi horrível a fiscalização e que os pescadores não estavam satisfeitos.

Segundo René Sharer os superintendentes estaduais do IBAMA estão reclamando que não tem recursos disponíveis. No estado do Ceará há uma cobrança da constituição do NACQUA – Núcleo de Fiscalização Aquática; de ações conjuntas com a Marinha, a Polícia Militar Ambiental e outras fontes de fiscalização. Ponderou que o novo Decreto não vai fazer muita diferença, pois no caso da pesca de mergulho só funciona se tiver o flagrante e que é preciso estratégia. Continuando disse que em fevereiro quando foi apresentado o plano para 2008 eles colocaram que estavam cobrando um compromisso sério do Governo com a fiscalização, pois a frota legal no Ceará que pesca com manzuá está encostada e quem está pescando é a frota de compressor.

Luciano Evaristo, da DIPRO, disse que tem estratégias baseadas no rodízio de fiscais, que pode funcionar muito bem. E o que não teve foi o instrumento que é o barco e que após a efetivação dos barcos o CGSL pode cobrar a fiscalização.

José Maria Veras, do CONEPE, colocou que está triste e desmotivado com a questão da fiscalização. Disse que no caso das redes de caçoeira, a panagem e as tralhas são compradas sem que haja fiscalização. Quanto aos compressores que são bujões de gás butano cortados, feitos em todas as oficinas do estado, estes são transportados até por bicicletas sem serem incomodados e as marambaias são feitas e transportadas sem nenhuma fiscalização.

José Maria disse que não há a presença da fiscalização do IBAMA em terra e nem nas praias de Camocim, Luís Correia, Itarema, Fortim, e em Fortaleza, nas bancas a beira mar são vendidas lagosta do tamanho de camarão. Pediu desculpas, mas disse não acreditar mais. Lembrou que as palavras do Senhor Luciano já tinha escutado das outras vezes ditas pelo Diretor da DIPRO, Flávio Montiel e complementou dizendo que, nós somos responsáveis, temos famílias de pescadores esperando pela gente, temos financiamentos de bancos para pagar e contas no comércio para quitar.

Luciano Evaristo disse que esse foi o ano das grandes dificuldades, porém todas elas estão sendo sanadas e para o ano que vem a fiscalização vai funcionar com certeza. Recebo hoje com humildade todas as críticas desse Comitê, espero que o Senhor e todos os presentes acreditem na fiscalização e creio que na próxima reunião o Senhor vai falar o contrário da fiscalização. E, solicitou que o Senhor José Maria mandasse por escrito, essa questão da falta de fiscalização em terra.

José Alberto, do MONAPE, disse que alguns pescadores ainda acreditam que a fiscalização vai melhorar e pediu para que seja dada grande ênfase a educação ambiental. Lembrou que o número de pescadores que saiu da lagosta é grande, pediu para pensarem um plano específico para os pescadores que estão de fora dessa especialidade e, principalmente, tirar os ilegais do mar.

Luciano Evaristo disse que as deficiências da fiscalização com certeza prejudicam os pescadores, mas estava tentando definir uma nova estratégia de fiscalização mais agressiva e melhor.

Alvamar Queiroz, da SUPES/IBAMA/RN, falou que a SUPES teve que buscar alternativas, pois ocorreram problemas com os barcos, mas mesmo assim fizemos o trabalho e é lógico que se contássemos com embarcações faríamos muito melhor.

Continuando, salientou que é necessária a interação da Coordenação de Fiscalização da Sede com os Superintendentes. Temos que ter serviço de inteligência. O trabalho de educação ambiental no estado foi muito interessante. Disse que não faltaram recursos financeiros para a fiscalização.

Formulou, ainda, a proposta de se fazer um TAC – Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público, Polícia Federal e IBAMA e fazer valer o Decreto n.º 6.514/2008.

Luciano Evaristo concordou que com certeza é preciso uma integração maior e estreitar os laços entre a fiscalização da Sede e as superintendências e que no caso do novo Decreto, já estamos elaborando e esperando a publicação de uma IN para aplicá-lo.

Abraão Lincoln, da CNPA, disse que as empresas que estão exportando lagosta ilegalmente e estimulando a compra da lagosta miúda tem que ser fiscalizadas. Indagou por que o Ministério da Agricultura não está aqui nesse comitê e quantas empresas têm sido punidas por exportar lagosta miúda. Acrescentou que temos que usar a ABIN, Polícia Federal, Ministério Público para correr atrás de quem compra a lagosta miúda.

Complementando disse que, também, é preciso sair uma instrução normativa regulamentando quais são os portos brasileiros em que podem sair à lagosta para exportação, fazer pente fino nas empresas lagosteiras, porque queremos ouvir vocês falarem em colocar os barcos no mar, mas também queremos que vocês fiscalizem os contêineres de lagosta miúda. Finalizou dizendo que não adianta correr atrás só do miserável pescador, tem que correr, também, atrás das empresas.

Luciano Evaristo disse que esse ano o IBAMA chegou às maiores siderúrgicas de Minas Gerais e vamos também chegar aos “tubarões” da lagosta, vamos pegar os grandes e mostrar que há punição.

Sebastião Saldanha Neto, da SEAP/PR disse que a situação é preocupante e precisamos acreditar que vamos melhorar. Falou que a norma vigente estabelece que os barcos autuados devem ter suas permissões canceladas e solicitou esclarecimento de quando deve cancelar, se é só após a homologação do auto de infração (direito do contraditório).

Luciano Evaristo esclareceu que quando o auto de infração for homologado pede-se o cancelamento da permissão, e que agora esse processo está sendo feito em Brasília, pois resolvemos colocar em um só lugar para agilizar o controle.

Raimundo Braga, da SUPES/CE, disse que não faltaram recursos financeiros para as diárias da fiscalização o que faltou foi atender a todas as denúncias recebidas, pois teve um aumento considerável dos barcos irregulares e a fiscalização não teve condições de acompanhar. Segundo Braga hoje o maior problema da pesca de lagostas são os petrechos, compressor e caçoeira, e salientou que temos que focar a fiscalização no comércio e no transporte da lagosta miúda.

Concluindo, Luciano Evaristo disse que todas as críticas feitas a DIPRO são recebidas de maneira positiva e só servem para nos incentivar e para isso vamos fazer todo o esforço para conter a atividade ilegal da pesca da lagosta e da pesca em geral, a próxima reunião vai ser diferente podem acreditar.

2 - INFORMES DA SEAP/PR

Eloy de Sousa, da SEAP/PR, disse que nos batemos muito com essa história de fiscalização, comungo das mesmas mágoas e tristeza de vocês do Comitê e fico muito triste em ouvir que esse é o pior ano, que é o pior momento, pois assim começamos a perder o campeonato para nós mesmos. Disse que não queria estar na pele do Luciano Evaristo porque é difícil você querer fazer alguma coisa e não ter jeito. Temos que pensar juntos em uma saída.

Eloy de Sousa pediu que fosse feita uma reflexão, pois quando o René diz que tiramos nove mil pescadores nós devíamos falar de quantos eram ilegais e quantos foram transformados em cidadãos legais, pois foi uma luta nossa para conseguirmos fazer isso.

Mas, com base nos estudos científicos nós tivemos que permissionar uma quantidade x, claro que temos responsabilidade, mas se não houver um trabalho responsável de todos nós, amanhã será 11 ou 15 mil pescadores.

Sebastião Saldanha, da SEAP/PR, reforçando a parte da inclusão e não da exclusão disse que é de conhecimento de todos que tínhamos um contingente grande de pessoas e quando foi decidido que seria um esforço de 40 milhões de covos/dia, com certeza alguém ficaria de fora.

IV - DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS DO SUBCOMITÊ.

René Sharer, do TERRAMAR, disse que um dos principais problemas com MPA é quanto aos donos das embarcações que entraram no prazo e ficaram na lista dos indeferidos e que foi prometido na última reunião, que iriam receber os dados de quantas embarcações foram permissionadas e não foi recebido. Chegamos ao ponto dos pescadores da Prainha do Canto Verde/CE entrarem na justiça para obtenção desses dados e ontem saiu que ganharam a causa e o direito de terem esta lista.

Sugeri, ainda, o retorno da permissão prévia de pesca para construção de embarcações. No ano de 2007 foram retirados da pesca de lagosta cerca de nove mil pescadores e em 2008 como vai ser? Quero pedir também os dados do esforço de pesca tabelados por estado, município e comunidade. Quanto à frota ilegal, tentamos fazer um estudo para verificar quanto seria o esforço de pesca ilegal, mas não conseguimos e acho que ou o MPA ou o Comitê de Gestão deveria encomendar um estudo para saber o esforço da frota ilegal.

Sebastião Saldanha disse que com relação à permissão prévia de construção é sabido pela norma que o cidadão tem que requerer ao MPA, lembrando que no passado existia uma Norma da Marinha na qual dizia que nenhum barco poderia ser construído se não tivesse uma permissão prévia. Temos que corrigir a legislação e resgatar o que foi feito no passado. Quanto ao permissionamento nós lançamos uma lista com 4.500 indeferidos e desses, quase metade, 2.000 recorreram. Os recursos indeferidos sairão em uma nova lista dentro de quinze dias.

René Sharer disse que todos foram cadastrados e acho que essas pessoas têm o direito de acompanhar o que está acontecendo.

Eloy de Sousa disse que quando falamos em nove mil não sabemos quem foram os permissionados, e não sabemos quem vai pescar no barco do João se é o José o Marcos ou o Luiz. Precisamos ter mais clareza nesse ponto, estamos trabalhando na busca de criar novas alternativas para esse tipo de problema.

José Alberto, do MONAPE, disse que não concorda com a expressão ilegais que se tornaram legais, pois os pescadores não tiveram oportunidade de se cadastrar antes, herdamos isso de nossos pais espero que nossos filhos sejam pescadores melhores que nós e se preocupem com o recurso e com o ambiente.

Raimundo Braga, da SUPES/CE, disse que há uma realidade na ponta onde existem quatro mil pescadores de fora da pesca de lagosta. Mas, concorda que não podemos perder de vista a sustentabilidade do recurso, embora a questão social seja nossa preocupação.

Abraão Lincoln comentou que o Comitê tem que buscar uma solução para os excluídos da pesca de lagostas, pois se tem problemas no Ceará imagine no Rio Grande do Norte com poucas permissões e especificamente no caso do Rio Grande do Norte, tem que buscar um caminho para obter mais permissões.

Disse, ainda, que a CNPA entende que o defeso das lagostas deve ser de seis meses e o esforço de pesca a menos, seria distribuído em permissões.

Ormezita Barbosa, da CPP, disse que com relação aos cursos queria saber se há alguma informação de resultados concretos.

Eloy de Sousa falou que com relação àqueles cursos, se a UFC/CE não tivesse encarado para fazer, o MPA não teria conseguido realizar, por causa do pouco tempo e teria sido igual ao caso da indenização dos compressores.

Antônio Clerton, do CEPENE, disse que a preocupação é com o usuário do recurso para que haja uma utilização desse recurso de forma sustentável.

Leonardo Messias, do MPA, disse que as medidas de ordenamento contemplam o recurso da ponta até o final da cadeia e acha que o trabalho que fizemos o ano passado pensou em tudo isso. 9.500 alunos para avaliar a ficha de todos e todo mundo quer mais cursos e isso demanda dinheiro.

René Sharer disse que as áreas fechadas, de exclusão, nunca são boas, pois a área melhor é aquela que é negociada com os usuários e que a mesma coisa vale para os criadouros naturais e completou dizendo que a questão das quatro milhas foi imposta e tivemos que aceitar.

Segundo René, com relação à proibição das marambaias, inicialmente este petrecho foi criado para peixes e o problema foi quando surgiram as marambaias criminosas para lagostas usando tambores e o Ministério Público Federal preocupado pediu ao IBAMA para fazer um estudo e monitoramento com os tambores que estavam sendo usados e a Superintendência do Ceará até o momento não entregou este estudo.

José Dias disse que esse Comitê é consultivo e a questão das marambaias tal como está hoje é um dos grandes problemas e precisamos fazer parcerias entre IBAMA e outros órgãos do governo para reverter o atual quadro de uso das marambaias.

Abraão Lincoln questionou quando vamos dar posse aos novos componentes governamentais e não governamentais e José Alberto do MONAPE, cobrou uma agenda anual de reunião do CGSL.

René Sharer pede que o Ministério do Trabalho e Emprego mude a redação da lei do seguro defeso e faça de uma forma mais compreensível.

José Dias solicitou que o René encaminhasse esse pedido formalmente ao referido Ministério, IBAMA e SEAP/PR.

José Maria Veras disse que o que foi externado não foi uma retaliação, estamos aqui para chegarmos a um consenso, mas temos que trazer a nossa dor ao Comitê, pois desleal seria se levássemos à imprensa ou aos corredores. Completou dizendo que o maior vetor

que tem na pesca da lagosta é o compressor e a marambaia e nós somos cobrados e que não consta no diário do nosso amigo da fiscalização que o SINDIPESCA bancou uma ação de fiscalização no Ceará. Finalizou dizendo que nós do setor temos que nos sacrificar, mas também queremos respostas positivas do governo.

José Alberto disse que em relação às marambaias é preciso fazer uma discussão para diferenciar a marambaia usada pelos pescadores artesanais e a usada por barcos que fazem mergulho utilizando tambores inclusive, os que não podem ser utilizados. Tem muito pescador falando que a marambaia pode tirar parte do sustento das famílias e eu realmente não acredito que essas marambaias poderiam prejudicar as que são usadas para captura de peixes.

José Dias questionou ao José Alberto se as marambaias para peixes seriam usadas na mesma área de ocorrência da lagosta e ele respondeu que sim, dentro das 15 milhas náuticas.

Raimundo Braga completou falando que a marambaia tem contribuído bastante para agravar ainda mais a situação da pesca de lagostas e temos que acabar com isso.

Eloy de Sousa disse que há 12 anos o Sindicato de Armadores de Pesca do Ceará definia um programa de substituição da frota e que há 20 anos atrás só pescava em águas rasas as embarcações a vela e que com a captura cada vez maior de lagosta miúda os barcos grandes também, vieram pescar mais perto.

Ponderou Eloy que talvez se pudesse aproveitar toda a lagosta e não só a cauda, como acontece hoje.

José Dias sugeriu, então, encaminhar da seguinte forma: I - que a fiscalização passe a existir abrangendo captura, comercialização e a parte de exportação; II - A SEAP/PR deve comunicar o resultado dos recursos dos permissionamentos aos interessados pois é muito importante; III - O programa de capacitação e treinamento deve incluir as pessoas que ficaram fora desse processo; IV - Com relação ao uso de marambaias devia se discutir, no futuro, a cobrança da permissão de pesca e para tanto devia se buscar normativa nesse sentido; e V - Buscar uma forma legal de voltar a exigir a permissão prévia de pesca.

Finalizou dizendo que no tocante ao melhor funcionamento do CGSL o IBAMA se compromete a analisar e corrigir no que puder.

Dia: 29/08/08 - manhã

10ª REUNIÃO DO CGSL

José Dias abriu os trabalhos do dia 29 referindo-se a apresentação que será realizada pelo Coordenador do Subcomitê Científico, Antônio Clerton Pontes do CEPENE/ICMBio.

Abraão Lincoln quis saber da relação das embarcações que tiveram permissão para pescar lagosta, por estado, e José Dias passou para a SEAP/PR a indagação do Abraão perguntando da possibilidade de ser divulgada esta lista quando da apresentação da SEAP/PR. Foi respondido que sim.

René Sharer pediu para acrescentar na Agenda da reunião uma Moção do Instituto TERRAMAR ao Presidente do IBAMA, no sentido de um compromisso maior.

V - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DO SUBCOMITÊ CIENTÍFICO.

O referido relatório foi distribuído aos participantes e foi apresentado, oportunidade em que foram destacados os principais resultados e recomendações.

VI – DELIBERAÇÕES DO CGSL QUANTO ÀS PROPOSTAS ENCAMINHADAS PELO SUBCOMITÊ CIENTÍFICO

O Coordenador do Subcomitê Científico apresentou o resultado das discussões e avaliações sobre as demandas do CGSL e as considerações e recomendações elaboradas pelo grupo. Após a apresentação foi iniciado o debate.

Abraão Lincoln perguntou sobre o cálculo do número de covos/manzuás e questionou para quantos dias de mar foram feitos.

José Dias disse que foram considerados 60 dias de pesca no ano e Antônio Clerton completou informando que o padrão da pescaria não foi alterado.

Raimundo Braga falou que a quantidade de covos está errada em relação aos barcos a vela e Antônio Clerton disse que essa informação não foi considerada com relação aos barcos a vela. Completou comentando sobre a falta de pescadores e barcos dispostos a levarem consigo um observador de bordo.

Segundo Raimundo Braga a realidade das praias é diferente e só vamos ter um retrato real quando os mapas de bordo forem entregues.

José Dias ponderou que Raimundo Braga estava falando pelo que conhece no estado do Ceará e ele estava falando em nível de Brasil e comentou que Braga fala que o mapa de bordo vai resolver o problema, porém este instrumento não está nacionalizado e por isso existe uma dificuldade de usá-lo.

José Maria Veras solicitou ao José Dias e ao Antônio Clerton que todas as recomendações do Subcomitê Científico fossem encaminhadas com antecedência aos membros do CGSL para que não vissem as questões em cima da hora.

René Sharer disse que nós do TERRAMAR não estamos preparados para discutir ou concordar com redução de esforço até ver acabada a frota ilegal.

José Alberto disse ver a necessidade de aproximação das comunidades pesqueiras e a parte científica e que a cada dia temos que divulgar a importância que tem esse acompanhamento. Acha importante também, fazer comparações na área social para saber o que representa os 13% de aumento no trabalho e na renda em termos de relações sociais.

Antônio Clerton informou que no tocante as relações sociais já está sendo implementado um trabalho no estado de Pernambuco e para a próxima reunião já teremos esses resultados de como está funcionando este projeto.

José Alberto disse que do ponto de vista ambiental se nós conseguirmos tirar a rede já é um ganho muito grande e em relação ao observador de bordo vou entrar em contato com um amigo pescador em Pernambuco para que ele permita embarcar um observador de bordo em seu barco para recolher as amostragens.

Leonardo Messias, da SEAP/PR, disse que com relação ao monitoramento do desembarque pesqueiro a iniciativa do TERRAMAR pode servir de exemplo para padronizar a amostragem desses dados e ter as informações mais consistentes. Quanto ao observador científico sugeriu uma rede de coleta de dados nas praias, pois isso é muito importante e o Comitê não pode deixar de cobrar essa atitude. Comentou ainda, a importância das áreas marinhas protegidas para a manutenção dos estoques de lagostas.

José Dias parabenizou o TERRAMAR e quer estimular iniciativas desse tipo de trabalho entre os outros representantes do setor.

José Maria convidou o Sr. Eliseu, do CONEPE, para falar sobre a situação da pesca no Ceará.

Eliseu Monteiro falou sobre as questões relacionadas à exportação e disse que é industrial e armador no estado do Ceará e que 90% da produção de lagostas é consumida no mercado americano. Porém eles estão em crise por conta do petróleo, nós tivemos uma reunião dos exportadores e ficou estabelecido que se não tomarmos uma providência como por exemplo antecipar o defeso vai ficar muito difícil. Isto é, o período de defeso, no caso da exportação seria mais adequado se terminasse até 30 de abril, pois abrir depois de 1º de maio será muito desfavorável para o setor exportador que terá que competir com a Austrália.

Falou, ainda que seria interessante antecipar para 30 de outubro ou no mínimo 30 de novembro para não ficar totalmente inviável.

René Sharer disse que reclamamos muito da ação da fiscalização da lagosta, mas teria uma forma muito mais barata que é se as empresas não comprassem lagosta de barcos que estão pescando de forma ilegal. Comentou que nos Estados Unidos estão sendo realizadas audiências com os comitês de gestão de pesca regionais sobre o tamanho mínimo da lagosta e a expectativa é que em janeiro de 2009 não possam mais importar lagosta menor que 14 cm de cauda. Portanto, precisamos também fazer um estudo do mercado interno para ver o que ele vai abranger.

Eliseu Monteiro disse que se não tomarmos providências rápidas não vai adiantar e que todos nós temos que ter compromisso com isso.

Edvaldo Lopes, do SINDIPESCA/PA, disse ser lamentável o fato de o estado do Pará não ter as devidas informações sobre os permissionamentos, mas já pedimos ao MPA. No caso da pesquisa sugeriu pedir informações aos pescadores, pois fica muito mais fácil do que colocar observadores de bordo.

Sebastião Saldanha disse que a SEAP/PR ficou satisfeito com os dados apresentados pelo Subcomitê Científico e que o número de covos estabelecidos e colocados no certificado entregue aos pescadores e armadores foi o repassado pelo IBAMA e que foi o estabelecido pelo CGSL e aprovado pela IN do IBAMA. Quanto a avaliação da distribuição

das permissões acredita que será preciso fazer uma reavaliação dos comentários colocados e a SEAP/PR se dispõe a disponibilizar os dados que foram considerados para análise das permissões.

José Dias disse que seria incluído no relatório do Subcomitê Científico, que foram analisados os dados encaminhados pela SEAP/PR e que poderia ficar colocado no referido relatório que o MPA apresentará na próxima reunião o que há de novo com relação ao assunto.

Antônio Clerton falou que com relação ao esforço de pesca sugeria que troquemos e-mails e apresentemos uma tabela para a próxima reunião.

Ormezita Barbosa disse que gostaria de discordar do Sebastião Saldanha com relação ao número de covos-dia apresentado, pois podia ter sido colocado os intervalos menores e foram considerados os maiores. Disse que quanto aos mapas de bordo poderiam ser inseridos os filhos ou a família do pescador no processo.

Complementou falando que no Plano de Lagostas sentiu a ausência da fiscalização e que o Plano não pode funcionar por completo por falta de mecanismos. Concordou com o René no sentido de que não podemos pensar em discutir esforço de pesca nesse momento.

José Maria Veras disse que a respeito do mapa de bordo no caso do Ceará na cidade de Cascavel uma embarcação chamada Fabrício foi autuada por falta de apresentar o mapa de bordo e a fiscalização multou a embarcação em R\$ 1.000,00. Colocou que esse barco é considerado artesanal e esse mapa de bordo não está sendo confeccionado. Colocou que já passamos as orientações para os pescadores e dissemos que os que não tem condições de preencher os mapas de bordo anotem os dados e façam depois em casa mas, o barco foi multado chegando na praia e eu gostaria que vocês olhassem isso.

José Dias ponderou que o CGSL não era o local ideal para se falar sobre este assunto e que o fato deve ser visto com a SUPES/CE e pode ser pedida a revisão da multa e da situação.

29/08/08 – tarde

10ª REUNIÃO DO CGSL (Cont.)

VII – APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO PELO REPRESENTANTE DO COMITÊ DE PESCA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - COMPERN.

Antônio Alberto Cortez falou sobre a situação da pesca no estado do Rio Grande do Norte, apresentou a Moção feita pelo Comitê de Pesca do estado e entregou-a ao José Dias.

A Moção acima citada propõe ao CGSL que:

- Promova o efetivo cancelamento de todas as permissões de pesca que foram objeto de infrações ambientais e redirecione todo o contingente dessas permissões para os estados que possuem déficit, com foco para correção das distorções ocorridas nos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba;

- Amplie o defeso da lagosta para seis meses, mesmo que o pagamento do seguro seja de cinco meses.

Antônio Clerton comentou que as recomendações do Subcomitê Científico já expressam o que está na Moção.

José Maria Veras disse que tem pontos conflitantes na Moção apresentada e que não estava querendo complicar, mas, gostaria de perguntar qual foi a posição do comitê do Rio Grande do Norte quando estávamos discutindo o permissionamento da pesca para captura de lagostas.

Antônio Cortez disse que deve ter havido uma interferência do comitê, entretanto, como a pesca da lagosta do Rio Grande do Norte tem características eminentemente artesanal acho que não tenho a capacidade de responder principalmente, por respeito a competência da CNPA e que não tinha essa competência e sim o representante do CPNA junto ao Comitê.

Sebastião Saldanha colocou que no estado em que os pescadores/armadores não procuraram a inscrição para o permissionamento foram prejudicados por si mesmo.

René disse que o problema no Rio Grande do Norte foi que os pescadores foram instruídos a não se permissionarem e que no Ceará, por exemplo, foi feito o contrário.

Pedro Alzires disse que gostaria que a proposta dessa moção apresentada fosse avaliada na próxima reunião do CGSL.

VIII - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TRABALHOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CGFAP/DBFLO/ IBAMA.

A Analista Ambiental, Elisabete Fonseca apresentou os estados que estão executando projetos de Educação Ambiental e alguns resultados.

VIII – INFORMES DA SEAP/PR SOBRE:

1 - Situação do apoio e treinamento aos pescadores dos vários estados;

Maria Luísa, da SEAP/PR, apresentou os cursos de capacitação oferecidos pelo Ministério e falou que foram momentos importantes na vida dos pescadores e que os cursos foram muito bem recebidos pela comunidade. Relatou, também o uso de drogas para pescar lagosta com o uso de compressor e pediu as providências do Comitê, talvez no sentido de buscar ajuda principalmente do Ministério da Saúde para minimizar essa situação.

2 - Situação do PREPS;

Maurício, da SEAP/PR, disse que a partir de 1º de janeiro de 2009, o número de embarcações que vão ter que aderir ao Sistema PREPS será de 650 e que atualmente são 1.000 embarcações que fazem parte. Completou dizendo que o custo inicial é: o preço do aparelho fica entre R\$2.000,00 e R\$ 2.500,00 e o custo mensal de prestação de serviço é de R\$ 100,00.

3 - Situação dos processos de permissionamento pendentes;

Sebastião Saldanha disse que foram deferidos só 25 barcos. Disse que 89 barcos não entraram com requerimento. No Ceará 34 barcos não fizeram requerimento. Atualmente estão permissionados 3056 embarcações lagosteiras. O quadro apresentado está no Anexo III.

4 - Situação quantitativa e qualitativa do cancelamento das permissões dos barcos que infringiram as normas estabelecidas e encaminhamentos decorrentes;

O quadro apresentado está no Anexo III.

José Maria Veras sugeriu que o governo assuma o custo do PREPS e que o defeso seja de 6 meses.

Sobre o transporte de lagostas vivas, abordado por Eloy, Antônio Clerton lembrou que a tese de mestrado do Samuel Bezerra tem ideias bastante criativas e de baixo custo para o caso.

Patrick Marques da DIPRO disse que tem um projeto do governo no sentido de subsidiar a instalação do PREPS e a mensalidade e em relação a permissão de pesca que seja suspensa temporariamente a partir do 1º auto de infração.

Leonardo Messias lembrou que o trabalho do Samuel Nélio Bezerra foi consultado para a elaboração desse projeto.

Sebastião Saldanha disse que a proposta de cancelamento da permissão já está sendo estudada pela SEAP/PR.

Eloy de Sousa disse que é importante o Comitê dimensionar a necessidade de buscar alternativas no que diz respeito ao transporte e venda da lagosta viva e inteira.

Abraão Lincoln disse que a CNPA concorda com o CONEPE no sentido de que o defeso comece em novembro. E complementou dizendo ser um fato lamentável mas, real é que só temos 11 embarcações licenciadas no RN e PB e que estamos em prejuízo e pedimos que a situação seja corrigida para não ocorrer problemas. Disse, ainda, que assumia o compromisso público que nós vamos ajudar na fiscalização.

Antônio Clerton comentou que a situação do Estado da Paraíba já foi corrigida segundo os dados apresentados pela SEAP/PR.

José Alberto disse que o trabalho da educação ambiental, apresentado pela Analista Ambiental Elisabete Fonseca, é muito importante e deveria ser mais incentivado.

Sobre o projeto da lagosta viva, Ormezita Barbosa, da CPP, perguntou o que a SEAP/PR tinha de concreto para viabilizar esse projeto.

René Sharer colocou que nós, desde sempre, tivemos o interesse de comercializar a lagosta viva.

Eloy de Sousa disse que quando esteve com o René na Prainha do Canto Verde/CE informou sobre a perspectiva de venda e que a SEAP/PR se propunha em fazer o encontro entre os pescadores e os exportadores.

Concluída as discussões, foram apresentados os encaminhamentos.

ENCAMINHAMENTOS:

José Dias, com base nas apresentações e discussões, apresentou os seguintes encaminhamentos:

1 – Defeso: 6 meses, anualmente, de 1º de dezembro a 31 de maio e sabendo que o seguro defeso será pago por 5 meses. Ficou definido um prazo para que os membros do CGSL consultem as bases e enviem uma resposta, até o dia 20 de setembro, com a posição de cada representante.

2 – Adiar em um ano a retirada de cinco milhões de covos-dia, em fins de 2008 e de 2009, ou seja: o excedente de dez milhões de covos-dia, será retirado da seguinte forma: 50% em dezembro de 2009 e 50% em dezembro de 2010 e dentre aquelas embarcações com permissão provisória de Pesca.

3 – Redistribuição das permissões cassadas privilegiando os Estados do RN e PB.

4 – Mapas de Bordo: os armadores ou proprietários de embarcações com comprimento total inferior a 10 metros ficam dispensados da obrigatoriedade do correto preenchimento e entrega dos Mapas de Bordo, conforme previsto na IN IBAMA nº 144, de 03 de janeiro de 2007. Entretanto, ficam obrigados a, sempre que abordado por um coletor de dado oficial, informar sobre dados de suas pescarias (área de pesca, produção por espécie, duração da pescaria, etc.).

5 – Adiar por um ano a obrigatoriedade de adesão ao PREPS: As embarcações motorizadas, maiores de 10 e menores que 15 metros de comprimento total, terão um prazo até 31 de dezembro de 2009, para colocar e manter em funcionamento, um sistema de monitoramento remoto.

COMENTÁRIOS FINAIS:

Eloy de Sousa disse que a SEAP/PR assumia o compromisso de tentar encontrar mecanismos para viabilizar o financiamento para adesão ao PREPS, para os barcos menores.

José Alberto pediu para consultar os pescadores sobre o defeso e mandar por escrito a resposta solicitada. Acrescentou que é preciso tentar e conseguir recursos para o plano de capacitação dos pescadores, pois só assim conseguiríamos reduzir o esforço. Com relação ao PREPS tem que buscar alguma alternativa de pagamento do sistema.

José Maria Veras vai consultar as bases e até 20/09 comunica a decisão. E com relação ao PREPS sugere adiar o prazo para depois de janeiro de 2009.

Ormezita Barbosa disse que com relação ao defeso se comprometia dentro desse prazo de 20 dias encaminhar a decisão. Já com relação ao PREPS concorda com o José Maria no sentido de que é preciso avaliar com um pouco mais de cuidado, a questão do esforço de pesca e pede para o Subcomitê Científico dar uma avaliada com relação ao número de covos.

José Dias concordou que o Subcomitê Científico faça uma avaliação com relação ao número de covos-dia e vai realizar uma reunião o mais rápido possível.

René Sharer, em nome do TERRAMAR, apresentou uma moção para ser encaminhada ao presidente do IBAMA, na qual cobra de responsabilidade do Órgão para retirada da frota ilegal que está operando na pesca de lagostas.

José Dias disse que vai encaminhar a Moção ao Senhor Presidente e com certeza o René terá uma resposta.

Roberto Gallucci, do MMA, disse que temos que corrigir os erros para que o ano que vem não venhamos dar satisfação, mas buscar alternativas para hoje.

Patrick Marques deixou claro que a fiscalização sempre é comprometida e está empenhada em fiscalizar.

Leonardo Messias disse ser importante construir um projeto para ampliar essa boa iniciativa do TERRAMAR com relação a pesquisa e construir também a agenda de implementação da pesca da lagosta viva.

VIII – ENCERRAMENTO

O Coordenador Substituto do CGSL encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

Por fim, acordou como encaminhamento a realização de duas reuniões ordinárias por ano e se porventura fosse necessário, serão convocadas reuniões extraordinárias.

ANEXO I

LISTA DE PARTICIPANTES:

Nome	Instituição	Telefone	e-mail
Abraão Lincoln da Cruz	CNPA	(84) 8851-4030	fepern@gmail.com
Antônio Carlos Hummel	DBFLO/IBAMA	(61) 3316-1476	antonio.hummal@ibama.gov.br
Antônio Clerton de Paula Ponte	CEPENE/IBAMA	(81) 3676-1310	antonio.pontes@ibama.gov.br
Clemeson José Pinheiro da Silva	COOPE/CGFAP/DBFLO/	(61) 3316-1188	clemeson.silva@ibama.gov.br
Vladimir Formiga	FEPERN/CNPA	(84) 9173-7575	vladformiga@hotmail.com
Edvaldo Lopes Gonçalves	SINPPA	(91) 3227-2791	sinppa@ig.com.br
Elizabeth Lopes P. Fonseca	CGEAM DISAN IBAMA	(61) 3316-1193	elizabeth.fonseca@ibama.gov.br
Eloy de Sousa Araújo	MPA/Gabinete	(61) 3218-2846	eloy@seap.gov.br
Francisco Joéliton Bezerra	COOPE/CGFAP/DBFLO/	(61) 3316-1635	francisco-joeliton.bezerra@ibama.gov.br
Jacinta Oliveira Dias	COOPE/CGFAP/DBFLO/	(61) 3316-1228	jacinta.dias@ibama.gov.br
José Alberto de Lima Ribeiro	MONAPE	(85) 9622-1718	betopescadorprainha@yahoo.com.br
José Dias Neto	CGFAP/DBFLO/IBAMA	(61) 3316-1480	jose.dias-neto@ibama.gov.br
José Maria Veras Filho	CONPEPE	(85) 3264-1778	sindipesca@sindipesca.com.br
Luciano Evaristo	DIPRO/IBAMA	(61) 3316-1280	Luciano.evaristo@ibama.gov.br
Marcelo Amorim	CGFIS/DIPRO	(61) 3316-1092	marcelo.amorim@ibama.gov.br
Ormezitita Barbosa de Paulo	CPP	(85) 3238-8392	ormezitita@hotmail.com
Patrick Marques	CGFIS/DIPRO/IBAMA	(61) 3316-1092	pamatro@gmail.com
Pedro Alzires de Miranda	SINDIPESCA/PA	(91) 3207-0944	sindipesca.pa@veloxmail.com.br
Raimundo Bonfim Braga	SUPES/CE/IBAMA	(85) 3227-9081	raimundo.braga@ibama.gov.br
Roberto Gallucci	MMA/SBF	(61) 3105-2031	Roberto.gallucci@mma.gov.br
Sebastião Saldanha Neto	MPA/DICAP/COREG	(61) 3218-2860	ssaldanha@seap.gov.br
Leonardo Messias	MPA/SEC.EXECUTIVA	(61) 3218-3819	leonardomessias@seap.gov.br
Tarcísio A. de Oliveira	EMA/Marinha	(61) 3429-1091	ema11@brturbo.com.br
Vanessa G. de Carvalho	MIDIC/SECEX/DECEX	(61) 3425-7429	vanessa.carvalho@desenvolvimento.gov.br
Alvamar Queiroz	IBAMA/SUPES/RN	(84) 3201-5840	costa.queiroz@yahoo.com.br
Enivaldo Antônio Lagares	MTE/CGSAP	(61) 3317-6595	enivaldo.lagares@mte.gov.br
Antônio Alberto Cortez	SAPE/RN	(84) 3232-3100	aacorteze@yahoo.com.br
Ricardo Ayres Lopes	IBAMA/SEDE	(61) 3316-1646	ricardo.lopes@ibama.gov.br
Marcos Rocha	IBAMA/SEDE	(61) 3316-1190	marcos.@ibama.gov.br

ANEXO II



IBAMA/MMA

DIRETORIA DE USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E FLORESTAS - DBFLO
COORDENAÇÃO GERAL DE AUTORIZAÇÃO DE USO E GESTÃO DE FAUNA E RECURSOS
PESQUEIROS - CGFAP10ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE
LAGOSTAS - CGSL Brasília/DF – ED. SEDE/IBAMA (Auditório 1)

Período: 28 e 29 de agosto de 2008

Data	AGENDA
28/08/08 (início: 14:30 horas)	<p>I - ABERTURA.</p> <p>II - APROVAÇÃO DA AGENDA.</p> <p style="text-align: center;"><u>REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE ACOMPANHAMENTO</u></p> <p>III – INFORME SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO:</p> <p>1 – IBAMA:</p> <p>a) Informe da DBFLO/CGFAP sobre o recebimento da relação de barcos permissionados pelo MPA; e</p> <p>b) Informe da DIPRO sobre as ações de fiscalização no ano de 2008.</p> <p>2 – Informes do MPA;</p> <p>3 – Informes da Marinha do Brasil;</p> <p>4 – Informes da CNPA;</p> <p>5 – Informes do TERRAMAR;</p> <p>6 – Informes do CONEPE;</p> <p>7 – Informes dos demais componentes do CGSL.</p> <p>IV – DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS DO SUBCOMITÊ.</p>

Data	AGENDA (Cont.)
<p>29/08/08 (início: 9:00 horas)</p>	<p style="text-align: center;"><u>REUNIÃO DO CGSL</u></p> <p>V – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DO SUBCOMITÊ CIENTÍFICO</p> <p>1 – Resultados da reunião, evidenciando:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Resultados dos trabalhos técnicos e científicos apresentados; b) pesquisas em andamento; c) Análise de solicitação da CNPA; d) Análise dos documentos encaminhados pelo representante do TERRAMAR; e) Outros resultados e propostas de encaminhamentos. <p>VI – DELIBERAÇÕES DO CGSL QUANTO ÀS PROPOSTAS ENCAMINHADAS PELO SUBCOMITÊ CIENTÍFICO</p> <p>VII – APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO PELO REP. DO COMITÊ DE PESCA DO RN.</p> <p>VIII - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TRABALHOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CGFAP/DBFLO/ IBAMA</p> <p>IX - INFORME DO MPA SOBRE:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 – Situação do PREPS; 2 – Situação dos processos de permissionamento pendentes; 3 – Situação quantitativa e qualitativa do cancelamento das permissões dos barcos que infringiram as normas estabelecidas e encaminhamentos decorrentes; 4 – Situação do apoio e treinamento aos pescadores dos vários estados; e 5 – outras informações pertinentes. <p>X – OUTROS INFORMES.</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 – IBAMA/DBFLO/CGFAP; e, 2 – Outros componentes do Comitê. 3 – TERRAMAR – MOÇÃO AO PRESIDENTE DO IBAMA. <p>XI – ENCERRAMENTO</p>

ANEXO III

UF	Barcos Permisso- nados em 2007	Barcos com Permissão não Renovadas			Total de Permissões não Renovadas	Permissões Renovadas em 2008	Permissões concedidas em 2008	TOTA L	%
		Não Requereram (ou Fora do Prazo)	Não adesão ao PREPS	Barcos com Permissão Cancelada (Autos de Infração)					
PA	42	4	1	0	5	37		37	1,2
MA	3	0	0	0	0	3		3	0,1
PI	28	2	0	0	2	26		26	0,9
CE	1912	34	9	0	43	1869		1869	61,1
RN	478	22	0	3	25	453	1	454	14,9
PB	136	5	0	5	10	126	92	218	7,1
PE	207	12	0	0	12	195		195	6,4
AL	67	0	0	0	0	67	1	68	2,2
SE	7	0	0	0	0	7		7	0,2
BA	90	4	1	0	5	85		85	2,8
ES	103	6	0	3	9	94		94	3,1
TOTAL	3073	89	11	11	111	2962	94	3056	100